



# Taxas na IVG? Cinco pontos de reflexão



**Rui Capucho**  
Especialista de Saúde Pública, membro do CRNOM

**F**ui a favor da legalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) em ambos os referendos,

mas não vou argumentar sobre IVG.

1. Considero tecnicamente que até (e para) uma mulher fazer uma IVG tem de estar grávida (confirmada por ecografia). Até completar a sua IVG deve ter os benefícios das grávidas - condição que lhe garante isenção de taxas "moderadoras".

2. Que haja benefícios laborais (dias de luto) por uma IVG tal como há por aborto espontâneo/provocado não sei se faz sentido, mas prefiro pecar por excesso que por defeito no que toca a in-

formar (entidade patronal, p.e.) se a interrupção foi por escolha da mulher, se por decisão clínica.

3. Na defesa da introdução de taxas moderadoras na IVG, quase todas as caras foram as mesmas que lutaram pela sua não legalização. Ou seja, aquilo que não ganharam "no jogo" querem ganhar "na secretaria".

4. Taxas moderadoras em "reincidentes"! Querem fazer uma lista nacional de abortadeiras?! Registo centralizado de quem já o fez ou não?!

5. Quanto aos comportamentos de risco e responsabilização, o trabalho tem de ser feito ao nível da educação, da literacia, como para tantas outras doenças. Responsabilizar (estigmatizar, em algumas das opiniões) a mulher que faz uma IVG, não fazendo planeamento familiar, é o mesmo que começarmos a cobrar as contas dos enfartes do miocárdio a quem tem uma alimentação não saudável ou deixar de isentar os tratamentos decorrentes de cancro do pulmão a fumadores.